

## O contexto histórico da definição dos dogmas marianos

MARIA ANGÉLICA FRANCO MOREIRA<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo tem como objetivo principal conhecer o contexto imediato e a história que permitiram definir os quatro dogmas marianos. Sem entrar nas questões teológicas relacionadas com os mesmos se analisam: o dogma, “Maria, mãe de Deus” (*Theotókos*), definido em 431 no III Concílio Ecumênico de Éfeso; o dogma “Virgindade Perpétua de Maria”, definido no Sínodo Romano de 649; o dogma da “Imaculada Conceição”, definido em 1854 pelo papa Pio IX (1846-1878), e o dogma “Assunção de Maria”, definido em 1950 pelo papa Pio XII (1939-1958).

**Palavras chaves:** dogmas marianos; história dos dogmas; Maria, mãe de Deus; Virgindade Perpétua; Imaculada Conceição; Assunção de Maria.

---

1. Mestra em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Professora da Faculdade Dehoniana (Taubaté/SP); Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI (Mogi das Cruzes/SP); Faculdade Católica (São José dos Campos/SP) e da Unisal-Campus Pio XI (São Paulo/SP). Leiga.

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo principal hacer conocer el contexto inmediato y la historia que permitieron definir los cuatro dogmas marianos. Sin entrar en las cuestiones teológicas relacionadas a los mismos, se analizan: el dogma de “María, madre de Dios” (*Theotokos*), definido en 431 por el III Concilio Ecuménico de Éfeso; el dogma de la “Virginidad perpetua de María”, definido en el Sínodo Romano de 649; el dogma de la “Inmaculada Concepción”, definido en 1854 por el papa Pio IX (1846-1878), y el dogma de la “Asunción de María”, definido en 1950 por el papa Pio XII (1939-1958).

**Palabras clave:** dogmas marianos; historia de los dogmas; María, madre de Dios; Virginidad perpetua; Inmaculada Concepción; Asunción de María.

### Introdução

Este artigo tem o objetivo de apresentar o contexto histórico da definição dos dogmas marianos. Estes dogmas foram definidos em períodos diferentes da história, os dois primeiros nos séculos V e VII e os dois últimos nos séculos XIX e XX. Sesboüé fala de um “movimento mariano” ao longo da história que expressou o sentido da fé presente nos fiéis cristãos (*sensus fidei, sensus fidelium*).<sup>2</sup>

Este movimiento se origina ya en el primer discurso patrístico sobre María, adquiere un primer impulso a partir del concilio de Éfeso en torno a la afirmación de María, madre de Dios (*Theotókos*) y de su perpetua virginidad, se desarrolla luego a través de toda la Edad Media en torno a los temas de la santidad de María, que llevó a la definición de su Inmaculada Concepción, y de su dormición, que dio origen a la afirmación de su Asunción a los cielos.<sup>3</sup>

O dogma Maria, mãe de Deus (*Theotókos*) foi definido em 431, no III Concílio Ecumênico de Éfeso, e o dogma Virgindade Perpétua de Maria foi definido no Sínodo Romano de 649. Estes

---

2. Bernard SESBOÜÉ, La Virgen Maria, in Henri BOURGEOIS; Bernard SESBOÜÉ; Paul TIHON, *Historia de los dogmas III: los signos de la salvación*, 1996, p. 428.

3. *Ibidem*.

dois dogmas têm as suas raízes nos evangelhos. Por terem sido definidos ainda no primeiro milênio, o contexto e a história das suas definições é mais sintética.

O dogma da Imaculada Conceição foi definido em 1854 pelo papa Pio IX e o dogma da Assunção de Maria foi definido em 1950 pelo papa Pio XII. Estes dois dogmas não têm raízes nos evangelhos, mas foram fruto de uma evolução histórica da devoção popular cristã.<sup>4</sup> Justamente por isso, esses dois dogmas têm uma longa história para ser contada. A festa do dia 15 de agosto foi a primeira festa em honra a Maria no calendário cristão. Em um primeiro momento era a festa da *Theotókos* e mais tarde passou a ser a festa da Assunção de Maria. A festa da Imaculada Conceição teve as suas raízes no primeiro milênio, mas se desenvolveu e se espalhou com grande força no segundo milênio, na Europa.

Este artigo não tem como objetivo entrar em questões teológicas relacionadas aos dogmas, mas fazer conhecer o contexto e a história que fizeram com que estes dogmas fossem definidos.

## 1. Maria, mãe de Deus (*Theotókos*)

O dogma Maria, mãe de Deus (*Theotókos*) foi definido no III Concílio Ecumênico de Éfeso, em 431. Nos evangelhos se encontra o título “Maria, mãe de Jesus”. A passagem do título original ao título Maria, mãe de Deus (*Theotókos*) foi consequência de uma experiência de fé e de uma reflexão: se Jesus é Filho de Deus, a sua mãe é a mãe de Deus.<sup>5</sup>

A expressão *Theotókos* (mãe de Deus) já vinha sendo usado com certeza desde Alexandre de Alexandria (bispo de Alexandria entre 313-328) quando escreveu para se contrapor ao presbítero Ário, em torno do ano 320. Ário afirmava que Jesus não era da mesma substância divina que Deus Pai, por isso, o seu bispo escreveu para contestá-lo usando a expressão *Theotókos*. Este termo se difundiu no século IV entre os capadóciolos e se tornou comum

4. Kathleen COYLE, *Maria na tradição cristã, a partir de uma perspectiva contemporânea*, 2000, p. 55.

5. Bernard SESBOÜÉ, *op. cit.*, p. 441.

no final do século.<sup>6</sup> Ele também já tinha aparecido em algumas orações, a mais antiga seria datada do final do século III: “Sob a tua proteção, nos refugiamos, ó *Theotókos!*”<sup>7</sup> Por isso, a expressão já era comum no início do século V.

O III Concílio Ecumênico de Éfeso (431) foi convocado pelo imperador Teodósio II (408-450) por causa do desentendimento entre dois bispos: Nestório, que era bispo de Constantinopla desde 428, e Cirilo, que era bispo de Alexandria desde 412. Os dois bispos entraram em discussão sobre o nome a ser dado a Maria. Mesmo já sendo comum a expressão *Theotókos*, o bispo Nestório de Constantinopla começou a defender a expressão *Christotókos* (mãe de Cristo) para Maria. Por trás daquela discussão entre os dois bispos estava o entendimento que se tinha sobre Jesus, se ele era somente um homem, se ele era somente Deus ou se ele era verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus (questão cristológica que só vai ser resolvida no IV Concílio Ecumênico de Calcedônia - 451). Também por trás da discussão entre os dois bispos estavam presentes mentalidades diferentes. O bispo de Alexandria, Cirilo, foi formado pela Escola de Alexandria, enquanto o bispo de Constantinopla, Nestório, foi formado pela Escola de Antioquia. Isso vai fazer com que os dois bispos tivessem visões diferentes sobre como se dava a presença da natureza humana e divina em Jesus e, conseqüentemente, sobre o termo a ser dado a Maria. O bispo de Roma Celestino I (422-432) tratou do tema em um Sínodo Romano em 430, mas o problema não foi solucionado. Por isso, o imperador Teodósio II (408-450) convocou o III Concílio Ecumênico de Éfeso para o ano de 431. Nesse concílio vai sair vencedora a visão de Cirilo de Alexandria sobre Maria e vai ser definido o dogma Maria, mãe de Deus (*Theotókos*).<sup>8</sup>

O Concílio, ao afirmar que na pessoa de Jesus existia a natureza humana e a natureza divina (união hipostática), afirmava que

---

6. *Ibidem*.

7. Afonso MURAD, *Maria, toda de Deus e tão humana: compêndio de mariologia*, 2012, p. 137; P. LLABRÉS, O culto a Santa Maria, mãe de Deus, in Dionisio BOROBIO (org.), *A celebração na Igreja III: ritmos e tempos da celebração*, 2000, p. 201.

8. Dale T. IRVIN; Scott W. SUNQUIST, *História do movimento cristão mundial*, 2004, p. 239-244; Kathleen COYLE, op. cit., p. 39; cf. Dz 111e 113.

o Verbo se fez carne e, conseqüentemente, afirmava que Maria era mãe de Deus (*Theotókos*).<sup>9</sup>

Contudo, nem tudo tinha ficado claro no Concílio de Éfeso (431), particularmente sobre como se dava a articulação das duas naturezas na pessoa de Jesus Cristo. Por isso foi necessária a convocação do IV Concílio Ecumênico de Calcedônia, que foi requerido pela Imperatriz Pulquéria (450-453) e seu marido Marciano (450-457) para o ano de 451. Este concílio se reuniu para tratar da questão cristológica, ou seja, como se dava a unidade entre as duas naturezas na pessoa de Jesus Cristo. Reunidos, os padres conciliares decidiram afirmar que existia uma clara distinção entre as duas naturezas de Jesus Cristo (essa era uma das preocupações de Nestório de Constantinopla em suas discussões com Cirilo de Alexandria). Isso se refletiu em uma explicação em relação à definição mariana: “nasceu da Virgem Maria... segundo a sua humanidade”.<sup>10</sup> Por isso, podemos dizer que “o que o Concílio de Éfeso havia declarado solenemente, o Concílio de Calcedônia explicou em declaração dogmática explícita”.<sup>11</sup>

A partir do Concílio de Éfeso (431) começou a se desenvolver o ciclo de festas litúrgicas propriamente marianas. Até então as igrejas celebravam Maria ao interno das festas cristológicas. Um pouco antes deste concílio se celebrava a “memória da Virgem” em 26 de dezembro, na oitava de Natal. Depois de Éfeso (431) começou a ser celebrada em Jerusalém a festa em honra a *Theotókos* no dia 15 de agosto.<sup>12</sup>

## 2. Virgindade Perpétua de Maria (*Maria Sempre Virgem*)

A definição do dogma Virgindade Perpétua de Maria vai acontecer no Sínodo de Latrão, em 649<sup>13</sup>, contudo a expressão “concepção virginal” apareceu bem antes. As fontes bíblicas que se referem à con-

9. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 39.

10. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 40; cf. Dz 148.

11. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 40.

12. Bernard SESBOÛÉ, *op. cit.*, p. 442-443.

13. Cf. Dz 256.

cepção virginal de Jesus estão nos evangelhos de Mateus e Lucas (Mt 1, 18-25; Lc 1, 26-38). Essas fontes testemunham que Maria concebeu pelo poder da sombra do Espírito Santo, sem intervenção masculina. Para os dois evangelistas, o nascimento virginal representa um ato completamente milagroso de Deus, além do que, querem apresentar a concepção virginal como sinal de escolha e graça divina. Para os autores dos dois evangelhos, o extraordinário nascimento demonstrava que Jesus era Filho de Deus e Messias desde o nascimento, ou seja, apresentava um caráter cristológico. O fato de nenhum dos dois evangelistas conhecer a narrativa do outro e o fato de os dois concordarem sobre a concepção virginal sob o poder do Espírito Santo, significa que a tradição sobre este tema deveria estar em circulação tempo suficiente para ser bem conhecida em suas respectivas comunidades.<sup>14</sup>

Depois dos evangelhos de Mateus e Lucas, será Inácio de Antioquia (35-107) o primeiro a fazer referência à concepção virginal de Jesus. Um pouco mais tarde, a expressão também vai aparecer no Símbolo de Hipólito de Roma (170-236). Desta maneira, a expressão passou a ter uma aceitação unânime entre os padres da Igreja. A concepção virginal de Jesus não é um mistério que se refere a Maria, mas é um dado cristológico que se refere à pessoa de Jesus. A partir desse momento, outros escritores eclesiásticos vão escrever sobre a concepção virginal de Jesus, como Justino, mártir (100-165), Irineu de Lyon (130-202), Tertuliano (160-220) e Orígenes (185-253) sempre em debates com seus opositores heréticos, judeus ou pagãos.<sup>15</sup>

O movimento de fé que difundiu o título Maria, mãe de Deus (*Theotókos*) ao longo do século IV e que levou a definição, no III Concílio Ecumênico de Éfeso (431), do dogma Maria, mãe de Deus (*Theotókos*), vai levar a considerar de um modo novo a virgindade de Maria. A partir daquele momento a virgindade da mãe, reconhecida como mãe de Deus, se compreendeu como uma consagração absoluta da mãe ao seu Filho. A maternidade divina e virginal se entendeu como virgindade perpétua, sinal da sua fidelidade ao seu Filho. Por isso, a partir daquele momento se encontra a expressão *Maria sempre virgem*, na liturgia e nos concílios. No século IV essa

14. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 43.

15. Bernard SESBOÜÉ, *op. cit.*, p. 433-434.

expressão já apareceu nos escritos de Epifânio de Salamina (310-403) e no século VI no V Concílio Ecumênico de Constantinopla, de 553.<sup>16</sup> Contudo, isto não significa que a expressão não tenha tido oposição. Os pontos que fizeram surgir oposição à expressão *Maria Sempre Virgem* foram a questão dos “irmãos de Jesus” e a questão da superioridade da virgindade sobre o matrimônio. Alguns escritores que se opuseram a esta expressão foram Tertuliano<sup>17</sup> (160-220), Eunômio de Cízico (+393), Helvídio (condenado por Ambrósio depois de 380) e um tal Bonoso (condenado como herético em 392). Contudo, a expressão *Maria sempre virgem* passou a ser uma expressão comum da fé no início do século V.<sup>18</sup>

Os escritores que defenderam a expressão *Maria sempre virgem* para Maria foram Orígenes (185-253), Hilário de Poitiers (300-368), Zenon de Verona (300-371), Ambrósio de Milão (340-397), João Crisóstomo (347-407), Jerônimo (347-420) e Agostinho (354-430).<sup>19</sup>

### 3. A Imaculada Conceição

O dogma da Imaculada Conceição foi definido pelo papa Pio IX (1846-1878) na Bula *Ineffabilis Deus*, em 8 de dezembro de 1854.<sup>20</sup> A bula declara que a santíssima Virgem Maria esteve sem pecado original desde o primeiro momento de sua existência.

Diferente do dogma Maria, mãe de Deus (*Theotókos*) e do dogma Virgindade Perpétua de Maria, a doutrina da Imaculada Conceição de Maria não aparece no Novo Testamento e nem pode ser deduzida dele. Na verdade, ela é fruto de uma longa evolução histórica da devoção popular cristã e que ao longo do caminho teve

16. Bernard SESBOÛÉ, *op. cit.*, p. 443; cf. Dz 214; Dz 218.

17. Tertuliano defende a concepção virginal, mas não a ideia que Maria foi sempre virgem. Para ele, Maria teve outros filhos e foi chamada mulher (Gal, 4,4) por estar casada (cf. Bernard SESBOÛÉ, *op. cit.*, p. 444).

18. Bernard SESBOÛÉ, *op. cit.*, p. 444-445.

19. *Ibidem.*

20. Cf. PIO IX, Carta Apostólica [Bula] *Ineffabilis Deus*, 8/12/1854, in DOCUMENTOS de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878), 1999, p. 167-187; Cf. Dz 1641.

defensores e opositores entre bispos e teólogos.<sup>21</sup>

No período patrístico (até o século VII no ocidente e até o século VIII no oriente), alguns padres defenderam a santidade de Maria, mas não que ela fosse isenta de pecado; outros defenderam a santidade de Maria e que nela não tinha o pecado.

Antes do Concílio de Éfeso (431), quando foi definida a maternidade divina de Maria (*Theotókos*), os padres da Igreja enfatizavam a santidade de Maria, mas não a consideravam totalmente sem pecado. No ocidente, Ireneu de Lyon (130-202) não considerava Maria livre de todas as faltas humanas. Tertuliano (160-220) também vê em Maria possíveis faltas. No oriente, Orígenes (185-253) não acreditava que Maria fosse sem pecado. Atanásio (296-372) apresentou Maria como modelo de santidade, mas afirmava que as suas obras não eram perfeitas. João Crisóstomo (347-407) enfatizou as supostas faltas e imperfeições de Maria.<sup>22</sup>

Depois do Concílio de Éfeso (431), os padres da Igreja no oriente acreditavam que Maria fosse santa pelo fato da sua maternidade divina, para o qual ela foi purificada de antemão pelo Espírito Santo, mas, por outro lado lhe reconhecem algumas deficiências. No ocidente, alguns padres seguiram o ponto de vista daqueles padres orientais, concordando que Maria tinha sido capaz de pecar, como Hilário de Poitiers (300-368) e Zenon de Verona (300-371). Mas no final do século IV, Ambrósio de Milão (340-397) teve uma interpretação completamente oposta, defendendo em Maria a santidade sem nenhuma sombra. Essa interpretação se impôs no ocidente.<sup>23</sup> Contudo, quando Agostinho de Hipona (354-430) entrou nesta discussão, ele afirmou a santidade de Maria, mas vai negar que ela tenha sido concebida sem pecado. Essa tomada de posição de Agostinho vai fazer com que durante séculos a temática da imaculada concepção fosse discutida no ocidente entre aqueles que eram a favor e aqueles que eram contra.<sup>24</sup>

Será somente no século VII, no ocidente, que vai ser proposta a questão da isenção do pecado original em Maria. A gradativa

21. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 55.

22. *Idem*, p. 57.

23. Bernard SESBOÜÉ, *op. cit.*, p.450-451.

24. *Idem*, p. 451.

aceitação da sua santidade, expressa com as palavras “imaculada conceição”, nasceu mais da devoção e das orações cristãs populares do que da reflexão teológica erudita.<sup>25</sup>

Depois de Éfeso (431), o culto mariano teve um impulso no oriente e será no século VIII que André de Creta (650-740) dirá que toda a vida de Maria transcorreu sem mancha e sem pecado. Com André de Creta, a afirmação passou da santidade inicial para a santidade original, será ele quem a chama de imaculada e celebra a sua concepção santa. Esta ideia irá se impor na Igreja Bizantina e este desenvolvimento doutrinal estava ligado à festa da concepção de Maria.<sup>26</sup>

Desde o século VIII, a Igreja Bizantina (Igreja do oriente) celebrava a concepção de santa Ana. A festa propagou-se para o sul da península itálica, território sob grande influência oriental. Em sua origem, essa festa celebrava o anúncio do anjo a Ana e Joaquim que, depois de anos de esterilidade, gerariam Maria, segundo a narração do protoevangelho apócrifo de São Tiago.<sup>27</sup> Dos mosteiros do sul da península itálica, a festa passou, no século IX, à Irlanda e, em seguida, à Inglaterra. Na Inglaterra a festa se fixou no dia 8 de dezembro com o nome de Conceição de Maria, por relação ao dia 8 de setembro, festa da natividade. No século XII essa festa começou a ser celebrada na Normandia<sup>28</sup>, onde se tornou muito popular: foi chamada “festa da nação Normanda”, e os estudantes normandos levaram a festa à Universidade de Paris.<sup>29</sup>

No século XII, apareceu com clareza o conceito de festa. Osberto de Clara (cerca de 1119), prior de Westminster, falou da santificação de Maria no exórdio de sua criação e concepção no útero materno, pela graça de Deus, que a santificou em sua própria

---

25. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 58.

26. Bernard SESBOÛÉ, *op. cit.*, p. 452.

27. O protoevangelho de Tiago é um evangelho apócrifo, ou seja, não incluído no cânone bíblico, mesmo assim a tradição cristã aceitou algumas informações escritas ali, particularmente sobre Maria. Foi escrito provavelmente entre 140-170, em grego. Trata-se do mais antigo texto cristão que fala da virgindade de Maria, antes, durante e depois do parto de Jesus.

28. A Normandia é um território no norte da França, junto ao canal da Mancha, que foi cedido aos conquistadores vikings no início do século X (911).

29. P. LLABRÉS, *op. cit.*, p. 208-209.

concepção “sem contágio de pecado”.<sup>30</sup> Também na Inglaterra e no mesmo período, o teólogo Eadmer de Cantuária (1060-1126) começou a escrever sobre a Imaculada Conceição argumentando que era teologicamente possível.<sup>31</sup>

De Paris a festa foi se estendendo pela França, não sem a oposição de alguns teólogos, como São Bernardo de Claraval (1090-1153), que em 1140 escreveu ao cabido de Lyon para dissuadi-los de introduzir uma festa que “a liturgia ignora, a razão desaprova e a tradição não autoriza”.<sup>32</sup> Um pouco mais tarde (século XIII) também Tomás de Aquino (1225-1274) vai negar explicitamente a Imaculada Conceição, mas não a sua santidade.<sup>33</sup> Bernardo de Claraval e Tomás de Aquino se colocaram contra a Imaculada Conceição porque ela iria contra a universalidade do pecado original. Por causa disso, os teólogos dominicanos negaram a Imaculada Conceição até o século XIX.<sup>34</sup>

Por outro lado, a ordem franciscana adotou a festa à Imaculada Conceição em 1263 e teólogos franciscanos como o beato Raimundo Lúlio (Ramón LLull 1232-1315, catalão) e João Duns Escoto (John Duns Scotus, 1266-1308, escocês) defenderam em Paris o privilégio da Imaculada Conceição.<sup>35</sup> Quando Duns Escoto começou a ensinar em Paris, no final do século XIII, a Imaculada Conceição era universalmente ignorada pelos teólogos. As suas argumentações foram usadas pelos seus sucessores e o

[...] reconhecimento foi rápido. Em 1439, os teólogos reunidos em Basileia chegaram finalmente a um acordo para definir esta verdade como dogma de fé. A definição em boa e devida forma, não teve o seu efeito, porque o Concílio havia cortado sua comunhão com Roma; mas o consensus que a fêz [sic] promulgar (e que não vamos encontrar no Concílio de Trento) é significativo.<sup>36</sup>

30. *Idem*, p. 209.

31. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 58.

32. P. LLABRÉS, *op. cit.*, p. 208.

33. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 58.

34. *Idem*, p. 59.

35. P. LLABRÉS, *op. cit.*, p. 209.

36. René LAURENTIN, *Breve tratado de Teologia Mariana*, 1965, p. 88-89.

Muitas ordens religiosas (com exceção dos dominicanos) adotaram a festa e, no século XIV, em Avignon, a cúria papal começou a celebrá-la.<sup>37</sup> Em 1477, o papa Sixto IV (1471-1484), franciscano, introduziu a festa em Roma e dotou-a de uma missa<sup>38</sup> em que se expressava com clareza a preservação de Maria em sua concepção de todo o contágio de pecado original.<sup>39</sup> Contudo, continuavam as disputas de quem era a favor da imaculada concepção e quem era contra. Como ainda era uma doutrina livre (não estava definida dogmaticamente), o papa Sixto IV (1471-1484) publicou a Constituição *Grave nimis* de 1483<sup>40</sup>, proibindo que as partes contrárias se acusassem de heréticas.

Em 1570, Pio V (1566-1572) preferiu voltar a uma denominação mais genérica em seu missal pós-tridentino. Mas, em 1661, o papa Alexandre VII (1655-1667) aprovou formalmente o culto a Imaculada Conceição<sup>41</sup> e reconheceu a sua antiguidade, contudo, não o impôs, também proibiu novamente que as partes em oposição continuassem se acusando.

A missa *Gaudens gaudebo*, composta em 1863 por Pio IX (1846-1878), que em 1854 definira o dogma da Imaculada Conceição, expressa com precisão teológica o mistério celebrado nessa festa. Subsiste no missal de Paulo VI e coincide substancialmente com a missa aprovada por Sixto IV (1471-1484).<sup>42</sup>

Ao difundir-se por toda a Europa, a devoção da Imaculada Conceição chegou também a Portugal.<sup>43</sup> A tradição conta que D. Nuno Alves Pereira (1360-1431) trouxe da Inglaterra a imagem de Nossa Senhora da Conceição e teria fundado a igreja de Nossa Se-

37. P. LLABRÉS, *op. cit.*, p. 209.

38. Sixto IV na Constituição *Cum Praeexcelsa*, em 28 de fevereiro de 1476. Cf. Dz 734.

39. P. LLABRÉS, *op. cit.*, p. 209.

40. Cf. Dz 735.

41. Cf. Dz 1100.

42. P. LLABRÉS, *op. cit.*, p. 209.

43. Francisco COUTO, *A Imaculada Conceição e a história de Portugal (online)*, 2015, disponível em: <[http://www.snpcultura.org/imaculada\\_conceicao\\_e\\_historia\\_portugal.html](http://www.snpcultura.org/imaculada_conceicao_e_historia_portugal.html)>, acesso em: 19 de agosto de 2017.

nhora da Conceição do Castelo de Vila Viçosa. D. Nuno era o Condestável (posto de maior graduação no exército de Portugal) do reino de Portugal e foi o general que venceu o exército de Castela conseguindo manter a independência de Portugal e entregando o reino à D. João de Avis. Considera-se que foi a fé de D. Nuno na Imaculada Conceição que possibilitou Portugal ter vencido aquela que ficou conhecida como a Batalha de Aljubarrota, em 1385. Mais tarde, em 1640, aconteceu a restauração de Portugal, que estava sob domínio da Espanha desde 1580. Com a independência, através do rei D. João IV (1640-1656), teve início a dinastia de Bragança e o monarca, em 1646, tornou Nossa Senhora da Conceição padroeira de Portugal e das colônias.

Entre o século XVIII e XIX o culto mariano tinha diminuído significativamente, até que em um espaço de 25 anos aconteceu uma mudança completa. O ponto de partida foram as aparições<sup>44</sup> da Virgem Maria que tiveram repercussão em todo mundo. A primeira delas à Catarina Labouré<sup>45</sup>, em 1830, e em 1846 a aparição de *La Salette*.<sup>46</sup> Ao mesmo tempo foram fundadas confrarias e congregações marianas em várias partes do mundo<sup>47</sup>, além da

---

44. Sobre as aparições Iserloh cita, na nota número 41, o Dicionário de Teologia e da Igreja LThK: “A aprovação eclesiástica não significa uma garantia infalível sobre a origem sobrenatural das aparições. Significa o seguinte: 1° que o acontecimento em questão não contém nada contra a fé e os costumes; 2° que pode se fazer público e converter-se em objeto de culto; 3° que igual a outros acontecimentos históricos, se dão suficientes argumentos a favor de que sua origem sobrenatural possa aceitar-se razoavelmente, segundo as normas da fé humana.” Com relação a este tipo de aprovação, as autoridades eclesiásticas procederam sempre com muita cautela. Diante das 3 aparições de Maria aprovadas desde 1930, houve outras 30 expressamente rechaçadas [minha tradução] (cf. Erwin ISERLOH, *Los movimientos intraeclesíasticos y su espiritualidad: Piedad mariana y mariología*, in Hubert JEDIN; Konrad REPGEN, *Manual de Historia de la Iglesia*, 1984, p. 468).

45. Catarina Labouré era noviça da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. As aparições aconteceram entre 18 a 27 de novembro de 1830, na França, e originaram a Medalha Milagrosa e a invocação Santa Maria da Medalha Milagrosa ou Medalha Milagrosa de Nossa Senhora das Graças.

46. A aparição aconteceu nas montanhas de *La Salette*, nos Alpes franceses, para duas crianças em 19 de setembro de 1846.

47. Como a Arquiconfraria do Santo e Imaculado coração de Maria na Igreja Nossa Senhora das Vitórias de Paris (1837).

propagação das devoções marianas no mês de maio. Além disso, é importante lembrar que a devoção a Imaculada Conceição já estava presente em várias nações. A partir de 1840 começaram uma série de petições com o objetivo de obter a definição do novo dogma. A primeira delas feita por um grupo de 51 bispos franceses em 1840. Quando o papa Pio IX (1846-1878) se tornou papa, voltaram as petições. Em base a um memorial redigido pelo teólogo jesuíta Giovanni Perrone (1794-1876), o papa Pio IX instituiu uma comissão em junho de 1848 para estudar o tema. Em 1849 foram consultados todos os bispos do mundo, nove de dez bispos apoiaram as petições. Paralelamente aconteceu a crise de 1848<sup>48</sup> que levou a fuga do papa de Roma em 24 de novembro de 1848. O papa retornou para Roma somente em abril de 1850, depois que os soldados franceses retomaram Roma em julho de 1849. O papa Pio IX, convicto que tinha sobrevivido àqueles infortúnios de 1848 graças a Nossa Senhora, deu continuidade ao processo iniciado em 1848, para o estudo da definição da Imaculada Conceição. A preparação da bula de definição foi bastante trabalhosa e teve a colaboração dos bispos presentes em Roma.<sup>49</sup>

---

48. No século XIX, o pontificado do papa Pio IX (1846-1878) foi perpassado pela questão do *Risorgimento* (movimento de unificação italiana) e pelo difundir-se de ideias liberais. Quando estas ideias chegaram aos Estados Pontifícios aconteceu um intenso movimento a favor das ideias liberais e da unificação italiana. Estes liberais que queriam a unificação italiana (que na prática significava o fim dos Estados Pontifícios) acreditavam que o papa Pio IX (no início do seu pontificado) era favorável à Unificação Italiana, quando de fato ele não era. Por isso, começou uma série de movimentos contrários ao papa dentro dos Estados Pontifícios. Para tentar conter a desorganização e desordem, o papa escolheu um novo ministro: Pellegrino Rossi, um leigo advogado e jurista já com grande experiência na Suíça e França. Pellegrino Rossi foi assassinado nas escadas do Palácio da Chancelaria em 15 de novembro de 1848. Por causa disso, o papa Pio IX fugiu de Roma (24 de novembro de 1848) se protegendo no Reino das Duas Sicílias, na cidade de Gaeta. Roma vai ficar nas mãos dos revoltosos que instituíram a República Romana. O papa retornou para Roma somente em abril de 1850, depois que os soldados franceses retomaram Roma em julho de 1849 (cf. Giacomo MARTINA, *História da Igreja, de Lutero aos nossos dias*, 1995, p. 211-233).

49. Roger AUBERT, Luz y sobras de la vitalidad católica: Desarrollo de las formas de devoción, in Hubert JEDIN (org.), *Manual de Historia de la Iglesia*, 1978, p. 853-865.

#### 4. A Assunção de Maria

O dogma da Assunção Maria foi definido pelo papa Pio XII (1939-1958) em 1950, com a Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*.<sup>50</sup>

Apesar do silêncio das escrituras sobre a morte de Maria, a situação histórica do desenvolvimento deste dogma é menos controversa que a do dogma da Imaculada Conceição. Enquanto a Imaculada Conceição teve uma série de discussões entre os teólogos ao longo da história, o dogma da Assunção foi isento.<sup>51</sup>

Em um primeiro momento (possivelmente no século IV, antes do Concílio de Éfeso - 431), uma festa em honra a Maria acontecia em uma igreja no caminho entre Jerusalém e Belém (na igreja do Kathisma) onde, segundo a tradição, Nossa Senhora descansou. Depois, no século V, foi transferida para Getsêmani, onde se venerava o sepulcro de Maria, nesta festa se invocava a proteção de Maria sobre as vinhas. Como o costume era celebrar os mártires no dia do seu nascimento para o céu (*dies natalis*), a festa foi tomando progressivamente o sentido de festa da “Dormição” (no século VI, no oriente, foi estendida a todo império pelo imperador Maurício 539-602) ou do “Trânsito” da virgem à Deus, até se tornar a festa da Assunção.<sup>52</sup>

No século VII, esta festa passou a ser celebrada, no ocidente, com o nome de *Natale sanctae Marie* (celebrada no dia 1º de janeiro) com o objetivo de comemorar o aniversário da morte de Nossa Senhora. Esta foi a primeira festa mariana em Roma. O papa Sérgio I (687-702) mandou que se celebrasse tal festa com procissão desde o fórum até a Igreja Santa Maria Maior (a primeira Igreja dedicada a Maria em Roma, mandada construir pelo papa Sixto III 432-440) onde se cantava uma ladainha. “Essa ladainha era encabeçada por uma oração, que começa com a palavra Veneranda e

---

50. PIO XII, Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus* (online), 1950, disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_p-xii\\_apc\\_19501101\\_munificentissimus-deus.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19501101_munificentissimus-deus.html)>, acesso em: 26 de agosto de 2017.

51. Bernard SESBOÛÉ, *op. cit.*, p. 456-457.

52. P. LLABRÉS, *op. cit.*, p. 203.

alude à Assunção de Maria aos céus, não simplesmente à sua morte ou dormição”.<sup>53</sup> Ainda no século VII esta festa passou a ser celebrada no dia 15 de agosto.

Mais tarde, também no século VII, quando foram introduzidas no ocidente as festas de 2 de fevereiro (Apresentação do Senhor no Templo, *Hypapante*), 25 de março (Anunciação do Senhor) e a de 8 de setembro (nascimento de Maria), a festa de 1º de janeiro foi obscurecida (porque já tinha passado para 15 de agosto).

De todas as festas de Maria, a que tem a primazia é a de 15 de agosto, quando se celebra o dia natalício de Nossa Senhora que se destaca entre todas as festas marianas e que vem “sublinhar que Maria é excelsa sobre todos os mártires e santos”.<sup>54</sup> Ao ser introduzida no século VII, recebeu o nome de *Pausatio* de Maria, mas no século seguinte já foi chamada de Assunção da bem-aventurada Virgem Maria.<sup>55</sup>

O mais antigo escritor a afirmar a assunção corpórea de Maria é de Epifânio de Salamina (320-403), talvez em 375. Ele apresenta as duas possibilidades, que ela morreu ou que não morreu, e depois confessa que não sabe qual é a possibilidade verdadeira.<sup>56</sup> A crença na assunção de Maria desenvolveu-se principalmente pela pregação<sup>57</sup> e pela literatura piedosa, baseadas em escritos apócrifos. Pensava-se que “em vista da missão de Maria como mãe de Deus, era apropriado que ela provasse a morte, mas não passasse pela decomposição do túmulo.”<sup>58</sup>

Depois do Concílio de Éfeso (431), o tema volta a ser tratado, mesmo que não se fale propriamente da assunção corporal. Na metade do século VI, a festa em honra a Maria (do dia 15 de agosto) passa a se chamar “dormição” de Maria, esta nomenclatura já indica uma mudança de visão, não se fala em morte, mas expressa

---

53. *Ibidem*.

54. *Idem*, p. 205.

55. *Ibidem*.

56. Bernard SESBOÛÉ, *op. cit.*, p. 457.

57. Na década de cinquenta do século XX foram publicadas as homilias de Theotokos de Livia (570-650) falando sobre a assunção, contudo, estas homilias não foram levadas em consideração pelo papa Pio XII porque foram publicadas somente em 1955 (cf. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 67).

58. Kathleen COYLE, *op. cit.*, p. 68.

de alguma forma a morte.<sup>59</sup>

Desde o final do século V houve uma difusão de novos apócrifos que falavam sobre o Traslado de Maria. Um deles (*De Dormitione Beate Vergine Mariae*) falava especificamente sobre a assunção de Maria ao céu em sua alma e em seu corpo. Estes apócrifos alimentaram a piedade popular e difundiram a crença nesse privilégio. No século VIII, no oriente, serão difundidas várias homilias sobre a Dormição. Essas homilias são chamadas *Homilias Bizantinas* e seus principais autores foram André de Creta (660-740), Germano de Constantinopla (649-733) e João Damasceno (650-750), todas elas afirmavam a morte de Maria e a sua Assunção gloriosa em corpo e alma aos céus.<sup>60</sup>

No ocidente, depois que a festa foi introduzida pelo papa Sérgio (687-702), os escritores latinos seguiram as argumentações dos escritores eclesiástico orientais, sem grande oposição.<sup>61</sup> Os escolásticos (professores universitários dos séculos XII, XIII e XIV) ensinaram a doutrina da Assunção de Maria, sem grandes controvérsias.<sup>62</sup>

O caminho para a definição estava ligado ao desenvolvimento do movimento mariano que aconteceu desde o século XIX e continuou durante o século XX.<sup>63</sup> O movimento mariano recebeu um poderoso impulso por causa das aparições de Maria para Catarina Labouré (em 1830 e que originou a devoção da Medalha Milagrosa), de *La Salette* (em 1846 - França), em Lourdes (1858 - França) e em Fátima (1917 - Portugal).<sup>64</sup>

Os papas Pio XI e Pio XII mantiveram a mesma linha de promoção da piedade mariana que tiveram os seus antecessores. Pio XII (1939-1958), que foi consagrado bispo no dia da primeira aparição de Maria em Fátima (13 de maio de 1917), se considerou, ao longo da sua vida, especialmente obrigado a seguir aos pedidos

---

59. *Ibidem*.

60. Bernard SESBOÜÉ, *op. cit.*, p. 457.

61. Somente Pascasio Radberto (792-865), no século IX, considerava a assunção demasiado dependente das "fábulas" apócrifas. Bernard SESBOÜÉ, *op. cit.*, p. 458.

62. *Ibidem*.

63. Erwin ISERLOH, *op. cit.*, p. 467-472.

64. Em Fátima, Maria pediu, sobretudo, a oração do terço para a paz no mundo, a consagração da Rússia ao seu imaculado coração e a comunhão expiatória dos primeiros sábados do mês.

da Virgem naquelas aparições. Por isso, em 31/10/1942, consagrou toda a humanidade ao imaculado coração de Maria<sup>65</sup> (em uma rádio mensagem aos portugueses) e em 7 de julho de 1952, em uma carta apostólica<sup>66</sup>, consagrou os povos da Rússia, também ao imaculado coração (conforme o pedido de Maria nas aparições de Fátima). Também, para se difundir os desejos de Maria em Fátima, foram criadas uma série de iniciativas como a “cruzada do rosário”, primeiro no Canadá e depois em várias partes do mundo.<sup>67</sup>

Ao mesmo tempo começou a surgir uma estrita conexão entre piedade mariana e apostolado dos leigos como com a fundação da Legião de Maria, em 1921, por Frank Duff (1889-1980). Em 1914, o padre Josef Kentenich (1885-1968) fundou o movimento mariano em Schoenstatt, na Alemanha. Em 1917, o padre franciscano Maximiliano Kolbe (1894-1941) fundou a Milícia da Imaculada Conceição, com outros seis frades franciscanos conventuais. Em 1947, foi fundado o Exército Azul de Maria por Harold Von Colgan, com a intenção de difundir a mensagem de Fátima.<sup>68</sup> As congregações marianas receberam um grande impulso com a Constituição Apostólica *Bis saeculari die*<sup>69</sup> do papa Pio XII, em 1948.

Os papas Pio XI e Pio XII se pronunciaram várias vezes em torno dos problemas mariológicos e da devoção mariana. Em 1937,

---

65. PIO XII, *Radiomensagem do papa Pio XII aos fiéis portugueses por ocasião da consagração da Igreja e do gênero humano ao Coração imaculado de Maria (online)*, 31 de Outubro de 1942, disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1942/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19421031\\_immaculata.html](https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1942/documents/hf_p-xii_spe_19421031_immaculata.html)>, acesso em: 26 de agosto de 2017.

66. PIO XII, *Lettera apostolica Sacro vergente anno consacrazione della Russia al Cuore immacolato di Maria (online)*, 7 luglio 1952, disponível em [http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/apost\\_letters/documents/hf\\_p-xii\\_apl\\_19520707\\_sacro-vergente-anno.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19520707_sacro-vergente-anno.html)>, acesso em: 26 de agosto de 2017.

67. Erwin ISERLOH, *op. cit.*, p. 468.

68. *Ibidem*.

69. PIO XII, *Constituição apostólica do papa Pio XII Bis saeculari die sobre as congregações marianas (online)*, 27 do mês de setembro do ano de 1948, disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_p-xii\\_apc\\_19480927\\_bis-saeculari.html](https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19480927_bis-saeculari.html)>, acesso em: 26 de agosto de 2017.

o papa Pio XI (1922-1939), na Encíclica *Ingravescentibus malis*<sup>70</sup>, recomendava a oração do rosário frente à ameaçadora situação do mundo. Foram igualmente introduzidas diversas festas marianas: em 1931 (pontificado do papa Pio XI), no aniversário de 1500 anos do Concílio de Éfeso foi introduzida a festa da divina maternidade da santíssima Virgem Maria (11 de outubro). Em 1944 (pontificado do papa Pio XII), a festa do imaculado coração da santíssima Virgem Maria (22 de agosto), e em 1954, a festa de Maria Rainha (31 de maio).

O ponto culminante das iniciativas papais foi a definição do dogma da Assunção corporal de Maria aos céus, em 1º de novembro de 1950. Esta declaração dogmática foi precedida por uma sondagem entre o episcopado mundial (que tecnicamente não seria necessária por causa da definição da infalibilidade papal em 1870). Os bispos responderam afirmativamente, e quase unanimemente, à pergunta sobre a oportunidade da definição.<sup>71</sup> A Assunção corporal da Bem-aventurada Virgem Maria foi definida como dogma de fé pelo papa Pio XII, em 1950, com a Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*.

## Conclusão

A intenção deste artigo foi apresentar o contexto da definição dos dogmas marianos. A ideia foi expor os dogmas dentro de um contexto histórico, com seus debates teológicos, no caso dos dois primeiros dogmas. Ao mesmo tempo, descortinar a evolução histórica da devoção, que no caso dos dois últimos dogmas, foi de grande importância para a definição.

Os dois primeiros dogmas têm referências nos Evangelhos. O

---

70. PIO XI, *Lettera enciclica Ingravescentibus malis del sommo pontefice Pio XI ai venerabili fratelli patriarchi, primati, arcivescovi, vescovi e agli altri ordinari locali che hanno pace e omunione con la sede apostolica, sul rosario (online)*, 29 settembre 1937, disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19370929\\_ingravescentibus-malis.html](https://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370929_ingravescentibus-malis.html)>, acesso em: 26 de agosto de 2017.

71. Erwin ISERLOH, *op. cit.*, p. 469.

primeiro dogma, “Maria, mãe de Deus” (*Theotókos*), foi definido dentro do contexto dos debates em torno de Jesus e das suas duas naturezas (questão cristológica).

O segundo dogma, “Virgindade Perpétua de Maria”, foi definido levando em consideração que sendo Maria, mãe de Deus, ela deveria ter tido uma consagração absoluta ao seu Filho. Por isso, a maternidade divina e virginal se entendeu como virgindade perpétua, sinal da sua fidelidade ao seu Filho. A partir daquele momento se encontra a expressão *Maria sempre virgem* na liturgia e nos concílios.

O terceiro dogma, “Imaculada Conceição”, nasceu como uma festa no oriente e quando chegou ao ocidente teve uma grande difusão. Os debates teológicos se estenderam da antiguidade até o século XIX, e encontramos teólogos favoráveis e contrários até a sua definição em 1854.

O quarto dogma, “Assunção de Maria”, nasceu no oriente como uma festa, celebrada no dia 15 de agosto, primeira festa em honra a Maria. Em um primeiro momento celebrava a *Theotókos*, mas depois passou a se chamar a festa da “Dormição” de Maria. No ocidente esta festa passou a se chamar “Assunção de Maria” e, embora não tenha tido debates teológicos em torno desta crença, o dogma somente será definido em 1950.

## Referências

- AUBERT, Roger. Luz y sobras de la vitalidad católica: desarrollo de las formas de devoción. In JEDIN, Hubert (org.). *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona: Herder, 1978, p. 853-865. (vol. VII).
- COUTO, Francisco A *Imaculada Conceição e a história de Portugal (online)*, 2015. Disponível em: <[http://www.snpcultura.org/imaculada\\_conceicao\\_e\\_historia\\_portugal.html](http://www.snpcultura.org/imaculada_conceicao_e_historia_portugal.html)>. Acesso em: 19 de agosto de 2017.
- COYLE, Kathleen. *Maria na tradição cristã, a partir de uma perspectiva contemporânea*. São Paulo: Paulus, 2000.
- DENZINGER, Enrique. *El Magisterio de la Iglesia*. Barcelona: Herder, 1963.
- DOCUMENTOS de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878). São Paulo: Paulus, 1999.
- IRVIN, Dale T.; SUNQUIST Scott W. (orgs.). *História do movimento cristão mundial*. São Paulo: Paulus, 2004.

- ISERLOH, Erwin. Los movimientos intraeclesiales y su espiritualidad: piedad mariana y mariología. In JEDIN, Hubert; REPGEN, Konrad (orgs.). *Manual de Historia de la Iglesia*. Barcelona: Herder, 1984, p. 467-472. (vol. IX).
- LAURENTIN, René. *Breve tratado de Teologia Mariana*. Petrópolis: Vozes, 1965.
- LLABRÉS, P. O culto a Santa Maria, mãe de Deus. In BOROBIO, Dionisio (org.). *A celebração na Igreja III: ritmos e tempos da celebração*. São Paulo: Loyola, 2000.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja, de Lutero aos nossos dias*. São Paulo: Loyola, 2005. (vol. 3).
- MURAD, Afonso. *Maria, toda de Deus e tão humana: compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas; Aparecida: Santuário, 2012.
- PIO XI. *Lettera enciclica Ingravescens malis del sommo pontefice Pio XI ai venerabili fratelli patriarchi, primati, arcivescovi, vescovi e agli altri ordinari locali che hanno pace e omunione con la sede apostolica, sul rosario (online)*, 29 settembre 1937. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19370929\\_ingravescens-malis.html](https://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370929_ingravescens-malis.html)>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.
- PIO XII. *Constituição Apostólica Munificentissimus Deus (online)*, 1950. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_p-xii\\_apc\\_19501101\\_munificentissimus-deus.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19501101_munificentissimus-deus.html)>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.
- \_\_\_\_\_. *Constituição apostólica do papa Pio XII Bis saeculari die sobre as congregações marianas (online)*, 27 de setembro de 1948. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_p-xii\\_apc\\_19480927\\_bis-saeculari.html](https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19480927_bis-saeculari.html)>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.
- \_\_\_\_\_. *Lettera apostolica Sacro vergente anno consacrazione della Russia al Cuore immacolato di Maria (online)*, 7 luglio 1952. Disponível em [http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/apost\\_letters/documents/hf\\_p-xii\\_apl\\_19520707\\_sacro-vergente-anno.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19520707_sacro-vergente-anno.html)>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.
- \_\_\_\_\_. *Radiomensagem do papa Pio XII aos fiéis portugueses por ocasião da consagração da Igreja e do gênero humano ao Coração imaculado de Maria (online)*, 31 de Outubro de 1942. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1942/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19421031\\_immacolata.html](https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1942/documents/hf_p-xii_spe_19421031_immacolata.html)>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.
- SESBOÛÉ, Bernard. La Virgen Maria. In BOURGEOIS, Henri; SESBOÛÉ, Bernard; TIHON, Paul. *Historia de los dogmas III: los signos de la salvación*. Salamanca: Secretariado Trinitario, 1996, p. 426-470.